

EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Lauro Mattei
UFSC / l.mattei@ufsc.br

Sidnei Luiz Niederle
UFSC / sidneiniederle@yahoo.com.br

Rayana de Azevedo Peled
UFSC / rayanapeledd@hotmail.com

Bruna Lavratti
UFSC / bruna_lti@yahoo.com.br

Área temática 3: Demografia e mercado de trabalho.

RESUMO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por mudanças estruturais importantes na forma de funcionamento do capitalismo e seus efeitos podem ser mais bem compreendidos agora, quando já se passa uma década do novo século. Essas transformações caracterizaram o período da globalização econômica, em que engendram-se esforços à escala mundial para a reestruturação produtiva, abandonando-se os antigos modos de produzir característicos do fordismo e buscando novos, mais flexíveis e modernos. Alguns dos efeitos globais deste processo são a precarização das relações de trabalho, a redução da oferta de postos de trabalho pelas empresas, a menor presença do Estado na regulamentação do mercado de trabalho e um conjunto de inseguranças que afetam de maneira especial trabalhadores de países menos desenvolvidos, onde estes mercados encontram-se menos estruturados. O presente estudo analisa as modificações estruturais sobre o mercado formal de trabalho catarinense, à luz do que ocorre no Brasil e no mundo. Como resultados parciais observou-se que o emprego formal apresentou um grande crescimento entre os anos de 2000 e 2010, com crescimento em praticamente todas as mesorregiões do estado. Foi nos setores de atividade econômica da construção civil, do comércio e dos serviços que se percebeu maior crescimento. Observou-se também uma maior taxa de crescimento das mulheres no mercado formal de trabalho, comparativamente aos homens. Todavia, se constatou que a grande maioria desses postos de trabalho tem uma renda que não ultrapassa a três salários mínimos mensais. Este fato revela que a tendência do conjunto do país também aqui se explicita neste quesito particular.

Palavras-chave: Santa Catarina, Mercado Formal, Mesorregiões

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho catarinense, na primeira década do século XXI, sofre diretamente os efeitos do processo de mudanças estruturais vividas pela economia brasileira nas últimas décadas do século anterior, especialmente a década de 1990. A abertura comercial, iniciada ainda no final dos anos de 1980 e a estabilização da moeda, que veio logo em seguida, ajudam a explicar o intenso processo de reestruturação nos mais diversos setores da economia brasileira e catarinense e seus impactos sobre o mercado de trabalho.

A novidade dos anos recentes fica a cargo da retomada do crescimento e do emprego, o que não significa a superação de dilemas e desafios históricos que ainda caracterizam este mercado como menos estruturado, instável no que se refere aos vínculos, desigualdade nas rendas do trabalho e manutenção de condições precárias de trabalho em várias áreas (BALTAR, 2010).

O estado de Santa Catarina sempre foi enaltecido por sua formação socioeconômica peculiar, que resultou na melhor distribuição da população e das atividades econômicas pelo território. Compreender a dinâmica recente do mercado formal de trabalho e identificar possíveis mudanças estruturais ou tendências apresenta-se como importante contribuição para se pensar o futuro. Desse modo, o estudo visa compreender as questões do comportamento do mercado de trabalho catarinense em seu conjunto, porém focando sua análise no mercado formal e em questões específicas referentes aos distintos setores de atividades.

Neste sentido, o presente texto apresenta uma breve discussão sobre a dinâmica do mercado formal de trabalho em SC na primeira década do século XXI. Além desta breve introdução, o artigo contém mais três seções. A primeira delas apresenta o cenário das transformações econômicas e do mundo trabalho e seus reflexos sobre o mercado de trabalho no Brasil e em Santa Catarina. Na segunda seção discute-se a dinâmica do emprego formal no estado catarinense na primeira década do século XXI, destacando-se aspectos como a distribuição espacial (geral e por mesorregiões) e setorial (por ramos e setores de atividades) dos postos formais de trabalho, além de uma qualificação das informações através do uso de variáveis como grau de instrução, distribuição por gênero, por setores econômicos e por faixas de remuneração. Finalmente, a terceira seção apresenta as considerações finais do trabalho, momento em que se destacam as principais características e tendências do mercado formal de trabalho em Santa Catarina.

1 – CENÁRIO DO MUNDO DO TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XX

Os anos seguintes a Segunda Guerra Mundial, apelidados de “Os anos Dourados”, representaram um salto no desenvolvimento das economias mundiais, determinando um período virtuoso do capitalismo mundial, favorável tanto aos negócios como às massas populares (OLIVEIRA, 1998). A instabilidade econômica e as crises foram substituídas por expansão econômica e social, que giravam em volta do modelo fordista/keynesiano. O Estado como planejador da economia visava não só o crescimento econômico, mas também a promoção do pleno emprego.

Tendo o Estado como organizador da vida econômica, conseguiu-se uma rápida superação da conjuntura de crise do período anterior e o grande crescimento econômico que se seguiu, conseguiu reabsorver a força de trabalho subutilizada. A intervenção governamental que, nos países centrais, surgiu como modo de salvar o capitalismo da catástrofe do entre guerras, da grande depressão, encontrou no modelo do *Welfare State* grande ênfase na proteção social.

Os gastos do Estado direcionados às necessidades sociais básicas como saúde, educação e previdência social configuravam-se como um salário indireto, possibilitando o gasto do trabalhador em bens de consumo. Desse modo, tanto a regulação dos investimentos e a expansão do consumo privado e público como as políticas de planejamento e os interesses dos trabalhadores passaram a ser responsabilidade do Estado.

Aliado a essa política intervencionista o padrão de produção em massa fordista/taylorista tinha como propósito usar o trabalhador não só como mão-de-obra, mas também como consumidor de sua produção. Este modelo proporcionou ao capitalismo expandir-se, alcançando todo o mundo (HARVEY,1993).

Paralelo à produção em larga escala deste modelo de produção fragmentado e extremamente padronizado, havia a forte presença dos sindicatos e do Estado pressionando as empresas para que os ganhos privados se traduzissem em aumentos de salários, garantindo estabilidades no emprego e boas condições de trabalho.

Os Estados Unidos, berço do modelo de produção fordista, tornaram-se nação hegemônica, tanto econômica, como política e militarmente. As instituições criadas nos Acordos de Bretton Woods, o Banco Mundial e o FMI, nasceram subordinadas à política americana, com o dólar ocupando o lugar de moeda internacional. A difusão do seu modelo de produção para o resto do mundo (primeiramente Europa e Japão, e depois países

periféricos) marcou uma etapa de nova divisão internacional do trabalho, desenvolvimento e industrialização.

Porém, a partir dos anos 1970 essa expansão é freada, tendo em 1971 entrado em colapso o modo de funcionamento do sistema financeiro estabelecido em Bretton Woods. Abandona-se a conversibilidade do dólar por ouro, por parte dos EUA e em 1972 e 1973 a crise se agrava com o *boom* dos preços das *commodities* e a crise da OPEP. Na década de 1980, governantes liberais começam a se espalhar pelo mundo. É a volta do neoliberalismo como norteador das ações do Estado em substituição às propostas Keynesianas.

Acelera-se um processo de financeirização do sistema; o processo produtivo é cada vez mais automatizado e economizador de mão de obra; as relações de trabalho voltam a assumir feições mais flexíveis e o desemprego volta à cena, com resultados pouco vantajosos no sentido da segurança social e renda do trabalhador. Para Antunes (2002) essa crise representou a expressão de um quadro mais complexo, uma “crise estrutural do capital”, com tendência decrescente da taxa de lucro.

A concorrência internacional, cada vez mais acirrada tende a priorizar a redução dos custos acima de tudo. As relações de trabalho são flexibilizadas e o mercado de trabalho desregulamentado. O movimento sindical é enfraquecido criando condições para redução dos direitos trabalhistas e instabilidade no emprego, em países onde o mercado de trabalho alcançou elevados níveis de estruturação.

A globalização econômica e a terceira revolução industrial, ou revolução tecnológica, de alguma forma surgem em resposta à crise. Um conjunto de inovações surgidas nos anos de 1960 e 1970 mudando a qualidade do trabalho e acelerando a destruição de velhas formas de produção e organização do trabalho (MATTOSO, 1998). O progresso técnico, especialmente a automação industrial e informática, se deu com a incorporação das novas tecnologias nos processos produtivos, abrindo caminho para um novo padrão de produção diferente do anterior, fordista. Coutinho (1992) atribui o surgimento deste novo paradigma industrial às novas tecnologias de automação flexível, articuladas por processos de engenharia que reestruturaram profundamente as indústrias de bens de capital e serviços

A mudança da produção em massa fordista para a produção flexibilizada e especializada, tem como referência, nesta época, o modelo que utiliza as inovações tecnológicas que otimizam o tempo e priorizam uma mão de obra de novo perfil, em que o trabalhador assume responsabilidades individuais e coletivas no processo produtivo, se dispõe a executar diferentes tarefas, não mais uma tarefa específica como foi na típica fábrica fordista. Outra característica deste novo sistema tem relação com a forma de gestão da firma,

uma nova gestão desde os estoques, menores, até o marketing e venda final, mais próximas do consumidor, com sempre mais diversidade de produtos.

Esta reestruturação do sistema, porém, impactou de forma negativa o mercado de trabalho. Com a redução no amparo do Estado, as demissões e contratações voltam a ser facilitadas assim como a precariedade e a informalidade. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, p. 34).

Neste cenário, O Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, ainda caminhava no sentido da estruturação do seu mercado de trabalho, com ganhos graduais em termos de regulamentação, proteção do trabalhador e seguridade social, quando a crise se espalha a partir dos países centrais. Na década de 1970 dava sinais de ter chegado ao limite o modelo de desenvolvimento por substituição de importações, que permitiu a industrialização do país apoiado nos investimentos externos e forte presença estatal, que no período anterior significou elevadas taxas de crescimento econômico e níveis crescentes de emprego, sobretudo urbanos.

Os limites alcançados neste período pelo modelo de desenvolvimento por substituição de importações, a crise iniciada no início da década de 1980 e a adoção de um conjunto de medidas de ajustes macroeconômicos, afetaram negativamente o mercado de trabalho. A crise da economia (com elevada inflação e tentativas frustradas de seu combate) abriu caminho para a implementação, no início da década seguinte do modelo neoliberal no Brasil.

A partir dos anos de 1980 o setor industrial, até aquele momento o mais dinâmico, começava a estagnar e, conseqüentemente, a contratar menos. No setor primário se manteve, mesmo que em menor grau uma tendência de queda do número de trabalhadores, ao passo que o setor terciário sofreu um inchaço. Este movimento foi acompanhado pelo aumento do desemprego e a geração de ocupações menos protegidas e em condições mais precárias (POCHMANN, 2002).

É nesta conjuntura de crise que sobe ao poder o primeiro Presidente da República eleito pelo povo após vinte anos de ditadura militar. Em 1989, coube a este Presidente apresentar a agenda neoliberal como alternativa ao Brasil. É no Governo Collor que acontece a abertura da economia, o que fez intensificar a concorrência e deu impulso aos esforços de reestruturação por parte das empresas nacionais. O que se seguiu, durante a década de 1990, foi o aprofundamento destas políticas, com a privatização de empresas estatais e reformas estruturais que já no início da década visavam colocar o país em linha com o processo de

globalização que se acentuava e a forte reestruturação produtiva iniciada nos anos de 1970 nos países desenvolvidos.

Os efeitos deste conjunto de mudanças a que o país foi submetido se apresentam de diferentes maneiras, como o aumento das desigualdades, aumento da pobreza e incapacidade do Estado em dar respostas plausíveis a este processo degradante, agravamento da crise agrária – expressa no espalhamento de acampamentos de trabalhadores sem terra pelo país - e a novidade da crise urbana, perceptível no aumento da criminalidade, moradias precárias e outros sinais que também a presença de elevado contingente populacional em condições de pobreza ajudam a explicar. Ficou evidente que o mercado de trabalho seria especialmente afetado por este cenário de mudanças estruturais, sendo seus efeitos ainda sentidos na primeira década do século XXI, quando enfim o país volta a apresentar maiores taxas de crescimento econômico e do emprego.

2 – EVOLUÇÃO GERAL E DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

O estado de Santa Catarina guarda peculiaridades quanto à sua formação socioeconômica, o que explicou a emergência de uma estrutura produtiva marcada pela presença de um setor primário dinâmico, fortemente articulado as agroindústrias processadoras de alimentos, tendo como principal área de atuação a região oeste do estado; a existência de um setor industrial bastante diversificado e competitivo, que tem suas raízes ainda no século XIX e se localiza de forma mais expressiva no Vale do Itajaí e região Norte de Santa Catarina e; um setor de serviços também bastante expressivo, especialmente na zona litorânea, destaque para os municípios da Grande Florianópolis e balneários, como Balneário Camboriú, por exemplo.

Outra característica que sempre marcou o estado, também fruto da sua formação histórica, foi a distribuição da população em cidades pequenas e médias, e a presença de cidades-pólo em cada região. Como identificou Mito (2008), porém, nas últimas décadas três processos devem ser destacados: o primeiro é o acentuado processo de urbanização da população e expulsão desta das mesorregiões Oeste e Serrana; segundo, o destino destes contingentes migrantes são cidades do litoral catarinense; e o terceiro processo é a metropolização da região de Florianópolis e a consolidação de aglomerados urbanos como Joinville e Blumenau.

Também é importante ressaltar que essas regiões concentradoras não são capazes de absorver, em vários aspectos, a totalidade da população migrante. Nesse contexto, ao se considerar também os condicionantes estruturais do capitalismo – como a manutenção de um exército industrial de reserva e da necessidade de concentração do excedente – as regiões receptoras passam a apresentar uma população marginalizada, com pouco acesso aos benefícios atrelados à permanência em um centro receptor. Isso é ilustrado também pelas conseqüências no espaço urbano, como por exemplo, a ocupação desordenada dos arredores da cidade e das áreas de preservação; a segregação espacial urbana; o aumento da pobreza; etc (MIOTO, 2008, p.70)

A economia catarinense não ficou descolada do processo de reestruturação a que a economia nacional foi exposta na década de 1990. O mercado de trabalho catarinense foi diretamente afetado por estas transformações. Iniciativas como a introdução de máquinas mais modernas, a redução dos níveis hierárquicos, terceirização e racionalização do trabalho ganharam força neste período. Sobre os efeitos destes processos no mundo do trabalho, Mattei & Lins (2001) observaram que ao mesmo tempo em que se modificaram as estruturas produtivas e organizacionais, produziu-se um aumento brutal nas demissões.

Este é o quadro que se apresentava para o início do século XXI em Santa Catarina. A retomada do crescimento econômico em meados desta década, dentre outros fatores, ainda carecem em ter seus efeitos melhor avaliados. No âmbito do mercado de trabalho, porém, algumas modificações e tendências podem ser verificadas.

A tabela 1 apresenta um conjunto de dados agregados do mercado de trabalho catarinense. Com base nas informações da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) dos anos de 2002 e 2009 analisaram-se algumas informações gerais. A população economicamente ativa (PEA) catarinense variou 17% entre 2002 e 2009. A PEA ocupada variou 16% no período, contra 38% da PEA desocupada. A taxa de desocupação indica a taxa de desemprego aberto em determinado ano. No caso de Santa Catarina, esta taxa era de 4,5% em 2002 e 5,3% em 2009, segundo os dados da PNAD.

Um olhar sobre o quesito “posição na ocupação no trabalho principal da PEA ocupada”, permite identificar interessantes tendências do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina neste período. O primeiro elemento a se destacar é a distribuição dos ocupados por sexo. No início da década os homens eram 57,4% dos ocupados, contra 42,6% de mulheres. Já em 2009, os homens eram 56,3% contra 43,7% de mulheres. No período, ocorreu uma variação de 14% na quantidade de ocupados do sexo masculino, contra 19,5% de mulheres. Isto indica a manutenção de uma tendência de aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Tabela 1: Distribuição da População Economicamente Ativa em Santa Catarina, por condição de ocupação e ocupados por sexo e posição na ocupação no trabalho principal. SC, 2002 e 2009.

PEA - Posição na ocupação no trabalho principal	2002 (Mil pessoas)			2009 (Mil pessoas)			Variação % total
	Total	%/PEA	%/Ocupados	Total	%/PEA	%/Ocupados	
PEA	3.077	100,0	...	3.612	100,0	...	17,4
PEA Desocupada	138	4,5	...	191	5,3	...	38,4
PEA Ocupada	2.939	95,5	100	3.421	94,7	100,0	16,4
Homem	1.687	54,8	57,4	1.925	53,3	56,3	14,1
Mulher	1.252	40,7	42,6	1.496	41,4	43,7	19,5
Empregados	1.623	52,7	55,2	2.112	58,5	61,7	30,1
Trabalhadores domésticos	170	5,5	5,8	168	4,7	4,9	-1,2
Conta própria	542	17,6	18,5	591	16,4	17,3	9,0
Empregadores	152	4,9	5,2	225	6,2	6,6	48,0
Trabalhadores na construção para o próprio uso	5	0,2	0,2	3	0,1	0,1	-40,0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	137	4,5	4,7	107	3,0	3,1	-21,9
Não remunerados	309	10,0	10,5	215	6,0	6,3	-30,4

Fonte: IBGE-PNAD

Quando se analisa a posição na ocupação, chama atenção o avanço positivo dos trabalhadores empregados, que passaram de pouco mais de 55% dos ocupados em 2002 para 61,7% em 2009, uma variação positiva de 30% no período. Outra categoria que apresentou desempenho positivo foi a dos empregadores, que de 2002 a 2009 cresceu 48%. Estas são atividades mais estruturadas, a primeira podendo refletir o crescimento da demanda por trabalhadores com vínculos mais estáveis e a segunda pode estar relacionada com uma melhora geral na vida econômica, com aumento do consumo, maior disponibilidade de créditos, etc, fatos que estimulam a abertura de novos negócios.

Já as ocupações mais precárias vêm diminuindo sua participação no total dos ocupados. Neste caso, destacam-se os trabalhadores não remunerados, que em 2002 representavam mais de 10% do total de ocupados, proporção esta que em 2009 caiu para 6,3%, implicando em uma variação negativa de 30,4% no período, e os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso, os quais seguiram a mesma tendência de queda. Por fim, a categoria dos trabalhadores por conta própria diminuiu sua participação relativa no total dos ocupados de 18,5%, em 2002, para 17,3%, em 2009.

2.1 - O mercado de trabalho formal em Santa Catarina

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) indicam um elevado crescimento do emprego formal em Santa Catarina entre os anos 2000 e 2010. Como podemos constatar na tabela 2, foi de 83% o crescimento do emprego formal no período, com

os Postos Formais de Trabalho (PFT) passando de 1.077.929 no primeiro ano da série para 1.969.654 em 2010. E esse elevado crescimento dos PFT se deu a uma taxa média anual de 6% no período.

Uma breve comparação entre estas informações e aquelas constantes da tabela anterior especificamente em relação à PEA ocupada, expõe uma tendência de aumento da participação do trabalho formal no total da PEA ocupada catarinense no período considerado, uma vez que em 2002 esta participação relativa era de 42%, passando para 53,7% em 2009. Esta tendência é extremamente positiva, uma vez que a formalização traz consigo outros benefícios, como o acesso à seguridade social.

Tabela 2: Distribuição dos PFT em SC entre 2000 e 2010.

Ano	Masculino	Feminino	Total
2000	670.149	407.780	1.077.929
2001	713.211	442.501	1.155.712
2002	753.049	482.563	1.235.612
2003	779.395	513.012	1.292.407
2004	840.104	566.143	1.406.247
2005	879.828	607.141	1.486.969
2006	932.252	666.202	1.598.454
2007	980.074	717.726	1.697.800
2008	1.014.518	763.086	1.777.604
2009	1.042.014	796.320	1.838.334
2010	1.107.594	862.060	1.969.654
Taxa % a.a.	5,0	7,5	6,0

Fonte: MTE/RAIS

Além do crescimento consistente do trabalho formal de um modo geral, destaca-se nestas formas mais estruturadas de ocupação a maior participação relativa das mulheres. Elas passaram de 38% em 2000 para 44% dos PFT em 2010. O crescimento anual médio dos postos formais ocupados por mulheres foi da ordem de 7,5% ao ano, contra 5% dos homens. Isso indica que uma tendência geral do mercado de trabalho – maior participação das mulheres – também está presente em Santa Catarina.

2.2 – Evolução de alguns indicadores do Mercado de Trabalho formal em SC

Neste item serão analisados alguns indicadores do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina, bem como a distribuição geográfica e setorial dos postos formais de trabalho.

Grau de instrução dos trabalhadores formais

O grau de instrução dos trabalhadores (tabela 3) também apresenta algumas mudanças de ordem estrutural, uma vez que as novas ocupações formais têm privilegiado os trabalhadores com de maior grau de instrução. Com isso, alguns indicadores sofreram importantes alterações. Por exemplo, trabalhadores classificados como analfabetos representavam apenas 0,3% dos PFT, no ano de 2010, significando uma redução média anual de -3,5% na década. Já o número de PFT ocupados por trabalhadores com o ensino fundamental incompleto embora tenha aumentado no período, a participação relativa destes trabalhadores diminuiu. Representavam 4,1% do total em 2000, passaram a responder por 2,3% em 2010. Os PFT ocupados por trabalhadores com o ensino fundamental completo, por sua vez, reduziram sua participação relativa no total dos postos formais do estado, mas também diminuíram em termos absolutos. Eram 13% do total em 2000, encerraram a década respondendo por pouco mais de 5% das ocupações, com redução absoluta no número de trabalhadores a uma taxa média anual de -3,4%.

Os PFT ocupados por trabalhadores com ensino fundamental completo e com ensino médio incompleto também perderam espaço, proporcionalmente ao total do estado nestes dez anos. No primeiro caso, a proporção passou de aproximadamente 24% do total em 2000 para pouco mais de 16% em 2010. No segundo caso, os trabalhadores com ensino médio incompleto eram 10% e diminuíram em 1 ponto percentual a sua participação.

O aumento da escolarização do trabalhador catarinense pode ser provado pelo intenso crescimento dos postos formais em que o grau de instrução dos ocupantes é de ensino médio completo, superior incompleto e superior completo. Os trabalhadores com ensino médio completo eram 20% em 2000 e em 2010 mais de 39% dos PFT eram ocupados por trabalhadores com este grau de instrução, tendo sido registrado no período um crescimento médio da ordem de 12,5% ao ano. Para os trabalhadores com ensino superior incompleto este crescimento foi de 9,5% ao ano o que os faz responder por 4,5% do total dos PFT no último ano analisado. Já os trabalhadores com curso superior, que no início da década ocupavam 9% dos PFT, encerram o período respondendo por 14,7% do total, com crescimento anual médio superior a 11%.

Tabela 3: Distribuição dos PFT por grau de instrução. SC, anos 2000 e 2010

Grau de Instrução	2000	%	2010	%	tx.% .a.a
Analfabeto	8.864	0,8	6.223	0,3	-3,5
Até o 5º ano Incompleto do Ensino Fundamental	44.276	4,1	45.691	2,3	0,3
5º ano Completo do Ensino Fundamental	145.777	13,5	103.506	5,3	-3,4
Do 6º ao 9º ano Incompleto do Ensino Fundamental	164.940	15,3	160.151	8,1	-0,3
Ensino Fundamental Completo	255.714	23,7	322.121	16,4	2,3
Ensino Médio Incompleto	106.574	9,9	178.927	9,1	5,2
Ensino Médio Completo	221.030	20,5	773.082	39,2	12,5
Educação Superior Incompleta	35.245	3,3	91.074	4,6	9,5
Educação Superior Completa *	95.509	8,9	288.879	14,7	11,1
Total	1.077.929	100,0	1.969.654	100,0	6,0

Fonte: MTE/RAIS

* Aqui não tendo sido feita distinção quanto ao nível de capacitação superior, se apenas graduados ou trabalhadores com mestrado e doutorado.

Remuneração média dos Postos Formais de Trabalho

O aspecto da remuneração do trabalhador deve ser considerado como importante elemento de análise do mercado de trabalho, já que influencia diretamente na compreensão das condições de vida na sociedade. Segundo estudo realizado por Vieira Filho (2011) o elevado crescimento do emprego formal em Santa Catarina não foi acompanhado pelo crescimento dos salários de contratação. Em parte, isso pode ser explicado pela alta rotatividade do trabalho e também por elevado contingente que ainda se encontra nesta condição (trabalho informal), quase 50% da população economicamente ativa ocupada em Santa Catarina.

A tabela 4 apresenta a distribuição dos PFT por faixa de remuneração dos trabalhadores. Um dos primeiros aspectos a ser observado é a maior presença destes postos em faixas salariais mais baixas. Assim, nota-se que em 2010, 75% dos trabalhadores ocupavam postos de trabalho formal com salários de até três salários mínimos, sendo que 50% deles recebiam de um a dois salários. No período entre 2000 e 2010, esta faixa salarial sofreu um incremento de 251%, com crescimento médio anual de 12,6%. É possível afirmar que, por um lado, os novos postos de trabalho abertos no período estiveram dentro destas faixas salariais mais baixas. Por outro lado, os ganhos em termos de rendimentos estiveram ligados aos aumentos reais do aumento do salário mínimo, já que a maioria dos trabalhadores se encontra nesta faixa salarial (VIEIRA FILHO, 2011).

Tabela 4: Distribuição dos PFT por faixa de remuneração em salários mínimos. SC, anos 2000 e 2010

Remuneração	2000	%	2010	%	Varição	tx.% a.a
ATÉ 0,5	1.566	0,1	6.056	0,3	286,7	13,5
MAIS 0,5 A 1	22.706	2,1	59.542	3,0	162,2	9,6
MAIS 1 A 2	285.156	26,5	1.001.822	50,9	251,3	12,6
MAIS 2 A 3	311.807	28,9	407.804	20,7	30,8	2,7
MAIS 3 A 5	235.326	21,8	261.880	13,3	11,3	1,1
MAIS 5 A 10	145.730	13,5	127.257	6,5	-12,7	-1,4
MAIS 10 A 20	50.103	4,6	42.435	2,2	-15,3	-1,7
MAIS 20	20.651	1,9	13.475	0,7	-34,7	-4,3
IGNORADO	4.884	0,5	49.383	2,5	911,1	23,1
Total	1.077.929	100	1.969.654	100	82,7	6,0

Fonte: MTE/RAIS

O forte aumento do trabalho formal, bem como as melhorias no grau de instrução dos trabalhadores, que estão cada vez mais se qualificando, são indicativos de uma melhor configuração do mercado de trabalho. Todavia, as informações relativas ao rendimento do trabalhador parecem colocar persistentes desafios para o desenvolvimento deste mercado.

Isto porque o movimento de concentração dos trabalhadores em rendas que alcançam no máximo três salários mínimos levanta a necessidade de se refletir em relação ao nível de renda em que os trabalhadores estão sendo submetidos, ao que parece ainda bastante baixo, ou seja, estaria em curso algo como um “nivelar por baixo” na renda dos trabalhadores.

Os setores de atividade econômica em Santa Catarina

A análise do comportamento do trabalho formal nos diferentes setores de atividade da economia catarinense permite maior clareza sobre a realidade produtiva do estado, bem como a identificação de tendências importantes deste mesmo setor do mercado de trabalho.

A tabela 5 apresenta a evolução dos diferentes setores de atividade entre 2000 e 2010. O primeiro aspecto a ser destacado é que o setor da indústria de transformação se mantém como principal empregador, com o maior número de PFT localizados neste setor, porém diminuindo a sua participação relativa no total dos postos formais no estado entre 2000 e 2010, de 34,4% para 32%. A participação absoluta, que em 2000 era de 371 mil trabalhadores, passou para 630 mil em 2010, tendo as ocupações neste setor crescido à taxa média anual de 5,4%, inferior, portanto, ao total para o estado que foi de 6% no período.

Tabela 5: Distribuição dos PFT segundo setores de atividade econômica de Santa Catarina no período de 2000 a 2010.

Ano	Extr. Mineral	Ind Transf.	Serv. Ind. UP	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec.	Total
2000	5.728	371.293	11.099	37.519	181.722	287.441	153.262	29.813	1.077.877
2001	5.375	390.330	13.452	41.836	197.839	306.550	166.178	34.152	1.155.712
2002	5.233	416.582	13.570	42.779	214.045	327.065	180.233	36.105	1.235.612
2003	5.432	428.723	13.840	40.874	231.860	344.944	185.844	39.937	1.291.454
2004	6.501	478.002	14.022	43.943	258.554	368.722	192.229	44.274	1.406.247
2005	6.773	493.294	14.435	49.907	283.871	397.886	196.292	44.511	1.486.969
2006	6.299	531.464	12.302	52.822	298.070	432.335	222.588	42.574	1.598.454
2007	6.697	569.590	17.449	63.005	322.586	443.208	232.401	42.864	1.697.800
2008	7.711	581.610	17.453	75.901	344.885	481.475	225.767	42.802	1.777.604
2009	7.071	585.833	17.405	76.162	365.990	516.247	225.372	44.254	1.838.334
2010	7.377	630.596	17.322	89.045	395.888	554.063	232.258	43.105	1.969.654
Taxa % a.a.	3,6	5,4	3,9	8,6	7,9	6,5	4,2	3,2	6,0
% sobre total 2000	0,5	34,4	1,0	3,5	16,9	26,7	14,2	2,8	100
% sobre total 2010	0,4	32,0	0,9	4,5	20,1	28,1	11,8	2,2	100

Fonte: MTE/RAIS

O setor de serviços, que em 2000 respondia por 26,7% dos PFT, passou para 28,1% em 2010, enquanto no comércio esta proporção passou de 16,9% para 20,1%. Este setor também foi um dos que apresentou elevada taxa de crescimento no período, próxima a 8% ao ano.

Outro setor de atividade que apresentou forte aceleração na década foi a construção civil, com incremento médio anual da ordem de 8,6%, passando de 3,5% para 4,5% sua participação no total dos postos formais de trabalho registrados em Santa Catarina.

Finalmente, os postos formais ligados à administração pública evoluíram de forma mais lenta ao longo da década, à taxa média anual de 4,2%, o que significou a diminuição da sua participação relativa no total do emprego formal de 14,2% no primeiro ano da década para 11,8% em 2010.

Na mesma linha, o setor agropecuário também cresceu em ritmo menor, 3,2% ao ano, diminuindo sua participação relativa de 2,8% para 2,2% no período.

Distribuição dos PFT pelas mesorregiões catarinenses

Como já dissemos anteriormente, Santa Catarina caracteriza-se por ter um parque produtivo diversificado e distribuído setorialmente por quase todo o seu território. A tabela 6 apresenta a distribuição dos postos formais de trabalho pelo estado para os anos de 2000 e

2010, enquanto que a tabela 7 apresenta a distribuição dos postos formais por setor de atividade dentro de cada mesorregião.

É na mesorregião do Vale do Itajaí que está a maioria dos trabalhadores formalizados no estado. E a participação relativa desta mesorregião no total do trabalho formal aumentou de 24,9% em 2000 para 26,1% em 2010. Dos 267.950 PFT no Vale do Itajaí em 2000, 42,8% estavam ocupados na indústria de transformação. Já para 2010, dos 514.309 PFT registrados, este setor respondia por 38,6%, mantendo-se, porém, como setor de atividade econômica com maior número de trabalhadores formais ocupados na mesorregião. Ainda para a mesorregião do Vale do Itajaí, é importante destacar que os setores do comércio e serviços aumentaram sua participação no total regional, fechando a década com 20,8% e 26,8% do total, respectivamente.

Já a mesorregião da Grande Florianópolis, segunda em número de PFT, pouco se alterou em termos de participação relativa, frente ao total para o estado. Com crescimento médio de 5,9% ao ano na década, registrou em 2010 a presença de 418.367 postos formais de trabalho. O mercado de trabalho nesta mesorregião guarda diferenças significativas em relação ao restante do estado, especialmente pela forte presença da administração pública, dado que é nesta região que se localiza a capital do estado e um conjunto de serviços da administração pública federal também ali estão localizados.

Foi justamente este setor de atividade, porém, que sofreu a maior queda na participação relativa do emprego formal dentro da mesorregião. Em 2000, 35,8% dos trabalhadores formais pertenciam a este setor. Em 2010 essa proporção caiu para 23,6%, confirmando uma tendência de queda relativa das ocupações deste setor. Isto pode ser explicado, em parte por processos de modernização de gestão, disseminação de tecnologias economizadoras de mão de obra ou ainda por desdobramentos da crise financeira do Estado, mas principalmente pela terceirização de atividades antes realizadas por trabalhadores deste setor.

A ampliação do uso do terceiros responde pelo imenso aumento tanto do emprego nas pequenas empresas quanto do trabalho por conta-própria. Essas tendências vêm sendo revertidas desde a desvalorização do real em 1999, mas o processo é lento não somente porque tem sido muito limitado o crescimento da economia, mas também porque a população economicamente ativa ainda cresce muito rápido no Brasil, devido à continuidade do aumento da participação feminina na atividade econômica (BALTAR, 2010, p.27).

Tabela 6: Total dos PFT em Santa Catarina por mesorregião, 2000 e 2010

Mesorregiões	2000	%	2010	%	Taxa % aa
Oeste Catarinense	174.411	16,2	329.741	16,7	6,4
Norte Catarinense	220.409	20,4	380.656	19,3	5,5
Serrana	54.062	5,0	85.189	4,3	4,5
Vale do Itajaí	267.950	24,9	514.309	26,1	6,5
Grande Florianópolis	231.643	21,5	418.367	21,2	5,9
Sul Catarinense	129.454	11,2	241.392	12,3	6,2
Total	1.077.929	100	1.969.654	100	6,0

Fonte: MTE/RAIS

A terceira mesorregião em número de postos formais de trabalho em Santa Catarina é a Norte, que em 2010 respondia por 19,3% do total do estado, 1% a menos do que dez anos antes, desempenho explicado pelo menor dinamismo perceptível no crescimento menor que a média do estado para o período, 5,5% ao ano. A principal explicação para este menor crescimento mesorregional está no baixo desempenho da indústria de transformação, historicamente muito forte nesta região, que reduziu sua participação no total dos ocupados em PFT de 48,4% em 2000 para 44,4% em 2010. O setor de melhor desempenho no período foi o comércio, que respondia por pouco mais de 14% dos PFT e encerrou a década respondendo por 17,6% dos empregos formais desta mesorregião.

A mesorregião do Oeste Catarinense apresentou comportamento positivo no sentido de ampliar sua presença sobre o total dos postos formais de trabalho no estado. Entre os anos de 2000 e 2010, o oeste apresentou taxa de crescimento médio anual de 6,4%, apenas menor que o crescimento das ocupações formais na mesorregião do Vale do Itajaí, que foi de 6,5% no mesmo período. Com isso, passou de 16,2% para 16,7% do total na década, mas seguiu tendência já observada em outras regiões quanto à distribuição setorial do trabalho formal. Na indústria de transformação, os PFT passaram de 37,7% em 2000 para 34,3% em 2010. No comércio a participação percentual sobre o total da mesorregião passou de 17,4% para 20,4% e no setor de serviços foi de 22,4% para 23,9%. O setor agropecuário, tido nesta mesorregião como uma das principais atividades econômicas nunca se caracterizou por forte presença de trabalho formal, este inclusive diminuindo sua participação sobre o total na década, de 6,9% em 2000 para 5,5% em 2010.

Tabela 7: Distribuição percentual dos postos formais de trabalho por setor de atividade econômica dentro de cada mesorregião. Santa Catarina, 2000 e 2010.

Setor	Oeste		Norte		Serrana		Vale		Florianópolis		Sul	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Extr. mineral	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2	0,2	0,1	2,9	1,8
Ind. Transf.	37,7	34,3	48,4	44,4	30,1	24,5	42,8	38,6	8,5	10,4	37,1	35,4
Serv. Ind. UP	1,0	0,7	0,6	0,5	1,1	0,4	0,8	0,6	1,4	1,8	1,7	0,9
Constr. civil	4,3	5,6	2,2	3,2	2,6	4,0	2,9	4,4	4,8	5,6	3,7	3,8
Comercio	17,4	20,4	14,6	17,6	16,9	22,4	18,7	20,8	14,8	18,6	20,0	23,9
Servicos	22,4	23,9	25,5	25,1	24,0	22,8	25,8	26,8	33,6	39,3	25,0	24,0
Adm. publica	10,2	9,5	7,0	7,6	13,2	14,3	7,3	7,6	35,8	23,6	8,0	9,3
Agrop.	6,9	5,5	1,4	1,4	12,0	11,6	1,4	1,0	1,0	0,5	1,6	1,0
Outros/ignorado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total *	174.411	329.741	220.409	380.656	54.062	85.189	267.950	514.309	231.643	418.367	129.454	241.392

Fonte: MTE/RAIS. *Total = 100 (total igual a cem).

Na mesorregião Sul de Santa Catarina estavam localizados 129.454 postos formais de trabalho no ano de 2000, significando 11,2% do total do estado. Em 2010, os 241.392 PFT respondiam por 12,3% do total estadual, tendo apresentado crescimento anual médio de 6,2% na década. O setor de atividade extrativo mineral, expressivo na região, vem reduzindo sua participação na geração de PFT. A proporção de empregos formais neste setor era de 2,9% do total em 2000, passando a 1,8% em 2010. O emprego no setor industrial seguiu tendência estadual de queda, fechando a década com 35% do total, enquanto o comércio passou de 20% no primeiro ano analisado para 23,9% no último. A diferença ficou para o setor de serviços, que diferentemente do que se observou em outras mesorregiões catarinenses, diminuiu sua participação no total dos PFT do Sul do estado, passando de 25% no início da década para 24% em 2010.

Por fim, a mesorregião Serrana, menos industrializada, com formação histórica diferenciada mais ligada à produção de madeira e pecuária extensiva, não necessariamente moderna, aparece em último quanto a disponibilidade de postos formais de trabalho no estado. Respondia por apenas 5% do total estadual em 2000 e encerra a década com 4,3% dos trabalhadores formais de Santa Catarina. A maioria destes trabalhadores estão ocupados no setor de atividade da indústria de transformação, que também reduziu sua força na região, respondendo por 30% do total dos PFT no início da década e 24,5% no final. Já o comércio passou de 16% para 22% no período e o setor de serviços diminuiu sua presença, de 24% para 22,8%.

Dois setores que aparecem menos nas outras mesorregiões, na Serra catarinense são responsáveis por parcela significativa dos ocupados em condição formal de ocupação: são a administração pública e a agropecuária. No primeiro caso, sua participação sobre o total dos

trabalhadores formais da mesorregião passou de 13,2% para 14,3% na década. Este comportamento visto a partir dos dados proporcionais pode parecer um paradoxo, já que não haveria uma estrutura de serviços públicos que exija mais mão-de-obra nesta do que em outras regiões. No entanto, este peso em termos relativos pode ser explicado principalmente pela característica de maior formalização deste tipo de atividade. Já o setor agropecuário, que incorpora também as atividades da extração vegetal, caça e pesca tem nesta mesorregião a forte presença de plantios comerciais de madeira. O contingente de trabalhadores ligados a esta atividade explica a maior proporção de trabalhadores formais neste setor, que em 2000 respondia por 12% dos postos formais de trabalho da mesorregião e encerrou a década respondendo por 11,6% do total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada do crescimento da economia brasileira em meados da primeira década do século XXI não pode ser considerada isoladamente na análise das transformações do mercado de trabalho no Brasil. As heranças históricas da formação socioeconômica, e mesmo as transformações profundas por que passou o capitalismo mundial nas últimas décadas do século XX devem estar presentes ao analisarmos este mercado, o qual é muito sensível aos movimentos gerais do capitalismo e está umbilicalmente ligado à realidade mais palpável da vida cotidiana moderna.

A dinâmica recente do mercado de trabalho em Santa Catarina traz uma relação muito próxima com o movimento mais geral vivido nas últimas décadas. O intenso processo de reestruturação produtiva a que foram forçadas as empresas e o próprio Estado ainda se faz sentir das mais diversas formas, desde a exigência sempre maior por aumento no grau de instrução do trabalhador e na sua capacidade de adaptação a diferentes tarefas, até relações de trabalho mais flexíveis, de vínculos menos seguros e o rebaixamento da renda do trabalho.

Quando finda a primeira década do século XXI, é possível identificar algumas tendências que se mantêm e outras que se apresentam como características do momento atual do mercado de trabalho catarinense, especialmente o mercado formal, objeto do presente estudo. Dentre os principais aspectos que merecem ser destacados, elencamos os pontos que seguem:

- 1) Ocorreu um aumento acentuado do trabalho formal ao longo da década, que entre 2000 e 2010 cresceu 83%, diminuindo a PEA ocupada em atividades informais;

2) A afirmação e continuidade da tendência de maior participação das mulheres no mercado de trabalho;

3) Forte tendência à maiores exigências de graus de instrução maiores no mercado, com a maioria dos postos formais de trabalho ocupados por trabalhadores com ensino médio completo;

4) Tendência a concentração dos rendimentos dos trabalhadores em faixas salariais de até três salários mínimos;

5) Em termos de distribuição dos postos por setor de atividade econômica, notou-se a tendência de redução dos PFT ligados ao setor da indústria de transformação e a continuidade do crescimento do emprego no comércio e serviços;

6) Quanto à Distribuição mesorregional do trabalho formal configura-se a força do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis como maiores ofertadoras de PFT, sendo que na mesorregião Serrana localiza-se o menor contingente de trabalhadores com relações formais de trabalho;

7) A permanência de características regionais, como a maior presença dos PFT ligados à agropecuária nas mesorregiões Oeste e Serrana; ao setor extrativo mineral no Sul; indústria de transformação e comércio no Vale do Itajaí; construção civil, serviços e administração pública na grande Florianópolis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed São Paulo: Boitempo, 2002.

BALTAR, Paulo. Emprego, políticas de emprego e política econômica do Brasil. Série trabalho descente no Brasil, documento de trabalho nº 2, escritório da OIT no Brasil - Brasília: OIT, 2010.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Studium, 2004.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. Revista Economia e Sociedade, n.1, ago. 1992.

VIEIRA FILHO, Osnildo. Emprego e salário de contratação entre 2000 e 2010 em Santa Catarina. SINE/SC, maio de 2011 (disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/sine/arquivos/analise>, consultado em 06 de fevereiro de 2012).

GUJARATI, Damodar N. Econometria Básica. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

MATTEI, Lauro F. A globalização econômica como fator de exclusão social. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 7, n.1, jan/jun 2004, p. 57-68.

MATTOSO, Jorge. A desordem do trabalho. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MIOTO, B. T. Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Limiar do Século XXI. 85f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org). Economia e Trabalho: textos básicos. São Paulo: UNICAMP . IE, 1998

POCHMANN, Márcio. A década dos mitos. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.